

# **Centro de Integração Empresa - Escola - CIEE**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Conselheiros do  
Centro de Integração Empresa - Escola - CIEE  
São Paulo -SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Integração Empresa - Escola - CIEE (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Centro de Integração Empresa - Escola - CIEE em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Entidade foi autuada em processos administrativos relativos à suspensão da imunidade tributária, com alegação de que a Entidade teria gozado da imunidade tributária sem a observância dos preceitos da lei, nos exercícios de 2012 a 2014 e de 2016 a 2018, tendo sido aplicados autos de infração no montante de R\$749.850 mil. Conforme divulgado na referida nota, a Administração está conduzindo as medidas cabíveis no âmbito administrativo. As circunstâncias, os fundamentos e o posicionamento da Administração estão detalhados na referida nota. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente*

As demonstrações financeiras da Entidade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 26 de março de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de Abril de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ricardo Ramos da Silva  
Contador  
CRC nº 1 SP 196573/O-0

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA - CIEE

BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
(Em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE	Notas explicativas	2025	2024	PASSIVO CIRCULANTE	Notas explicativas	2025	2024
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	131.698	101.358	FORNECEDORES		5.451	5.948
Aplicações financeiras	4	20.606	4.553	Bolsa-auxílio a pagar - estágio	5	53.011	53.208
Bolsa-auxílio a receber - estágio	5	37.591	37.439	Arrendamento	10	2.409	2.615
Contribuição institucional a receber	6	72.208	60.629	Salários, férias e encargos sociais	11	42.647	37.334
Contas a receber - partes relacionadas	14	684	707	Empréstimos	12	2.000	2.513
Estoques		403	323	Contas a pagar - partes relacionadas	14	249	125
Despesas antecipadas		4.736	8.791	Receitas a realizar		750	960
Adiantamentos diversos		3.227	2.121	Outras contas a pagar		3.551	3.296
Outros créditos		5.921	3.995	Total do passivo circulante		110.068	105.999
Total do ativo circulante		277.074	219.916				
				NÃO CIRCULANTE			
NÃO CIRCULANTE				Arrendamento	10	798	1.140
Aplicações financeiras	4	24.869	29.041	Empréstimos	12	1.053	2.544
Depósitos judiciais	13	277	475	Provisão para processos judiciais e administrativos	13	1.164	3.403
Cauções		939	835	Plano de benefício pós-emprego	15	7.405	6.406
Contas a receber - partes relacionadas	14	5.356	3.100	Outras contas a pagar		2.303	2.728
Propriedade para investimentos	7	4.649	5.128	Receitas a realizar		-	312
Investimentos		472	472	Total do passivo não circulante		12.723	16.533
Imobilizado	8	123.675	127.826				
Direito de uso	10	3.031	3.546	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Intangível	9	52.745	57.979	Patrimônio social		309.448	285.910
Total do ativo não circulante		216.013	228.402	Ajuste de avaliação patrimonial		15.339	15.613
				Superávit do exercício		45.510	24.263
				Total do patrimônio líquido		370.296	325.786
TOTAL DO ATIVO		493.087	448.318	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		493.087	448.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA - CIEE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
(Em milhares de reais)

---

	Notas explicativas	2025	2024
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Assistência social			
Contribuição institucional - atividade aprendiz	17	239.260	200.368
Contribuição institucional - atividade estágio	17	99.661	100.154
Outras receitas com partes relacionadas	17	4.132	4.035
Outras receitas operacionais	17	7.950	19.793
Total de receita das atividades		<u>351.003</u>	<u>324.350</u>
Trabalho voluntário	3.m	5.195	5.416
Imunidade usufruída	19	70.798	61.900
Total de receitas operacionais		<u>426.996</u>	<u>391.666</u>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
Programa jovem aprendiz CIEE - Socioaprendizagem	18	(122.031)	(116.618)
Programa de Formação Técnico-Profissional Metódica	18	(10.576)	(7.883)
Programa de estágio	18	(72.854)	(67.251)
Ações de apoio à inserção e integração ao mundo do trabalho	18	(3.652)	(3.181)
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	18	(5.409)	(4.793)
Despesas gerais e administrativas	18	(107.737)	(109.412)
Trabalho voluntário	3.m	(5.195)	(5.416)
Imunidade usufruída	19	(70.798)	(61.900)
		<u>(398.252)</u>	<u>(376.454)</u>
Superávit do exercício antes do resultado financeiro		<u>28.744</u>	<u>15.212</u>
Receitas financeiras		18.414	11.192
Despesas financeiras		(1.648)	(2.141)
Resultado financeiro líquido		<u>16.766</u>	<u>9.051</u>
Superávit do exercício a ser destinado ao patrimônio social		<u>45.510</u>	<u>24.263</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA - CIEE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
(Em milhares de reais)

---

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	45.510	24.263
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
Ganho/(Perda) na remensuração do passivo de benefício definido	(999)	1.252
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>44.511</u>	<u>25.515</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA - CIEE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
(Em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	269.887	25.979	4.405	300.271
Incorporação do Superávit do ano anterior	4.405	-	(4.405)	-
Realização da reserva de reavaliação	10.366	(10.366)	-	-
Ganho na remensuração do passivo de benefício definido	-	-	1.252	1.252
Transferência da remensuração de passivo de benefício definido	1.252	-	(1.252)	-
Superávit do exercício	-	-	24.263	24.263
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>285.910</u>	<u>15.613</u>	<u>24.263</u>	<u>325.786</u>
Incorporação do Superávit do ano anterior	24.263	-	(24.263)	-
Realização da reserva de reavaliação	274	(274)	-	-
Perda na remensuração do passivo de benefício definido	-	-	(999)	(999)
Transferência da remensuração de passivo de benefício definido	(999)	-	999	-
Superávit do exercício	-	-	45.510	45.510
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	<u>309.448</u>	<u>15.339</u>	<u>45.510</u>	<u>370.296</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA - CIEE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Superávit do exercício		45.510	24.263
Ajustes por:			
Provisão para perdas de créditos esperados	6	2.820	1.906
Valor residual do ativo imobilizado baixado	8	315	2.606
Valor residual do ativo intangível baixado	9	2.062	-
Depreciação e amortização	8 e 9	15.382	15.826
Rendimento de aplicação	4	(3.352)	-
Depreciação do direito de uso	10	4.115	3.784
Resultado na baixa de arrendamentos	10	8	(7)
Juros sobre passivo de arrendamento	10	254	301
Juros sobre empréstimos	12	580	1.025
Provisão/reversão para processos judiciais e administrativos	13	(659)	8.157
Baixa depósitos judiciais	13	261	-
		67.296	57.861
Variação nos ativos operacionais:			
Bolsa auxílio a receber	5	(152)	(17.350)
Contribuição institucional a receber	6	(14.399)	3.417
Contas a receber - partes relacionadas	14	(2.233)	(3.488)
Depósitos judiciais	13	(64)	9
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	(949)
Outros ativos		839	15.522
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(497)	1.568
Bolsa-auxílio a pagar	5	(197)	142
Salários, férias e encargos	11	5.313	5.800
Contas a pagar sistema nacional	14	124	(38)
Pagamento de passivo de arrendamento - Juros	10	(254)	(301)
Outras contas a pagar		(691)	466
Pagamento de processos judiciais e administrativos	13	(1.580)	(6.011)
		(13.791)	(1.213)
<b>CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>53.505</b>	<b>56.648</b>
Aquisição de ativo imobilizado	8	(4.247)	(5.230)
Aquisição de intangível	9	(3.648)	(3.735)
Adições em aplicações financeiras	4	(8.529)	(4.968)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(16.424)</b>	<b>(13.933)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamento de empréstimos - Principal	12	(2.584)	(2.694)
Pagamento de passivo de arrendamento - Principal	10	(4.157)	(3.799)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		<b>(6.741)</b>	<b>(6.493)</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>4</b>	<b>30.340</b>	<b>36.222</b>
Saldo no início do exercício		101.358	65.136
Saldo no fim do exercício		131.698	101.358
<b>AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>30.340</b>	<b>36.222</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA - CIEE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Integração Empresa - Escola - CIEE (“Entidade” ou “CIEE”) é uma associação filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, reconhecida como beneficente de assistência social. O CIEE tem objetivos de relevância pública e social, nos termos do inciso III do artigo 203 da Constituição Federal, como a promoção da integração ao mundo e mercado de trabalho, com iniciativas e serviços na área de assistência social, dos quais se destacam:

- (i) A assistência ao adolescente e à educação profissional na realização de programas de aprendizagem.
- (ii) Ações socioassistenciais de proteção social com foco na integração ao mundo do trabalho, envolvendo atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos.
- (iii) A promoção do estágio, atuando como agente de integração, na forma da legislação aplicável, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.
- (iv) O incremento da cultura, da educação, da ciência, das artes, do lazer e do esporte e desporto.
- (v) A defesa e difusão da ética, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais.

O CIEE, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços e executa programas e projetos voltados para defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, para enfrentamento das desigualdades sociais e proporcionar a defesa de direitos ao público atendido.

Quanto às iniciativas do CIEE destacam-se o papel de Agente de Integração no Programa de Estágio de Estudantes, regido pela legislação de estágio em vigor (Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008), o Programa Jovem Aprendiz CIEE – Socioaprendizagem fundamentado na Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como a Lei da Aprendizagem, bem como em outras normativas que regularizam a forma da aprendizagem, da socioaprendizagem e da atuação das Entidades Sem Fins Lucrativos que atuam como responsáveis pela formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens aprendizes, incluindo, mas não se limitando, a ditames da Lei nº. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 12.852/13 - Estatuto da Juventude, Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. O Programa de Formação Técnico-Profissional Metódica segue também as diretrizes emanadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Quanto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, o CIEE atende ao previsto na legislação vigente e aplicável, incluindo a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Lei nº. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e as Resoluções emanadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome - MDS, bem como as Ações de Apoio e Integração a o Mundo do Trabalho.

#### a) Sistema Nacional CIEE

A entidade é composta por CIEEs estaduais autônomos localizados nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo. As demonstrações financeiras aqui apresentadas contemplam exclusivamente as operações do CIEE São Paulo.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002(R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração possui, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Entidade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

### b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo. O exercício social da Entidade começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

### d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.e - vida útil do ativo imobilizado.
- Nota 6 - perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.
- Nota 13 - provisão para processos judiciais e administrativos.
- Nota 15 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais.
- Nota 20 - mensuração de instrumentos financeiros.

e) Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na nota explicativa nº 20 de Instrumentos Financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2025 a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado(VJR)*

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

*Custo amortizado*

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “impairment”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o “impairment” são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), as contas bolsa auxílio a receber (Nota 5), contribuição institucional a receber (Nota 6) e outras contas a receber.

*Passivos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores, outras contas a pagar, salários, férias e encargos sociais, bolsa auxílio e arrendamento mercantil.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos, conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizadas na quitação de obrigações de curto prazo.

c) Bolsa - auxílio a receber e contribuição institucional a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber junto às empresas e órgãos públicos convenientes para repasse posterior aos estagiários atendidos pelo CIEE, no caso da bolsa-auxílio, e às contribuições destinadas ao CIEE pelas organizações convenientes para estágio e programa aprendiz, no caso da contribuição institucional. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Entidade não registrou o ajuste a valor presente em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada. O valor líquido de realização é o preço de custo. O estoque é composto por itens de consumo (almoxarifado).

e) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, exceto os bens recebidos em doação que são mensurados ao valor justo, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O *software* comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

f) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

g) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos e obras em andamento não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Edificações	27 a 60 anos
Instalações e Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### Propriedade para investimentos

As propriedades para investimentos correspondem a terrenos e edifícios mantidas para obtenção de rendimentos ou valorização do capital.

As propriedades para investimentos representadas por imóveis destinados a renda, os quais estão demonstrados e contabilizados pelo valor de custo e conforme preconiza a norma contábil.

### Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil definida são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil do ativo intangível foi estimada em até 15 anos, com amortização linear. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa com amortização consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Compreendem ainda o saldo do intangível, os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. O prazo de amortização, do direito de uso de software é de 3 a 15 anos e de direitos autorais é de 3 a 10 anos.

### Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Entidade tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

#### h) Operações de arrendamento mercantil

A Entidade adotou o CPC 06(R2) - Operações de arrendamento mercantil utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, que não impacta em superávit acumulado (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. O montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar trazido ao valor presente.

No início de um contrato, a Entidade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Entidade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) - Operações de arrendamento mercantil.

### Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Entidade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Entidade optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros de 9,5% a.a., se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Entidade. Geralmente, a Entidade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Entidade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início.
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.
- O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Entidade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

#### Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Entidade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Entidade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Entidade classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade. Os pagamentos efetuados referente aos arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

#### i) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### j) Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### k) Reconhecimento das receitas operacionais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas operacionais são reconhecidas quando existem evidências convincentes de que: os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação dos serviços se realizaram, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, os custos associados e a possível glosa do serviço possam ser estimados de maneira confiável, ou seja, as receitas da Entidade são determinadas em contrato e reconhecidas mensalmente a partir do início dos programas de estágio e de aprendizagem nas organizações parceiras.

A cobrança dessa contribuição institucional está vinculada ao início e término do contrato de cada estagiário ou aprendiz, alocado nas organizações conveniadas.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

l) Outras receitas

São provenientes substancialmente de ressarcimentos relacionados a locações de imóveis próprios, contribuições institucionais decorrentes de parcerias e participações em feiras e doações, que são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência.

m) Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002(R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida às despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025 a Entidade registrou o montante de R\$5.195 referente a trabalhos voluntários (R\$5.416 em 31 de dezembro de 2024).

n) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias e despesas com juros.

o) Apuração do superávit do exercício

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002(R1).

p) Benefícios a empregados

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Entidade para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A Entidade mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei nº 9.656/98, da Agência Nacional de Saúde Suplementar estabelece, em seus Artigos 30 e 31 e seus parágrafos, regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica, para a continuidade do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições e da parte da empresa, quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica, modalidades CIDQ - IDEAL APTO, CP6X - NACIONAL PLUS APTO, EFETIVO (EEC0) ENF, FLEX (CFXE) ENF, NQC2 - NACIONAL APTO, TC0X- PREMIUM SC, CORPORATIVO COMPACTO, CORPORATIVO SUPERIOR e Amil Seguros por mais de dez anos. O direito ao benefício temporário condiciona-se àqueles que se aposentam ou são desligados sem justa causa e que tenham contribuído para o plano coletivo de assistência médica, modalidades CIDQ - IDEAL APTO, CP6X - NACIONAL PLUS APTO, EFETIVO (EEC0) ENF, FLEX (CFXE) ENF, NQC2 - NACIONAL APTO, TC0X- PREMIUM SC, CORPORATIVO COMPACTO, CORPORATIVO SUPERIOR e Amil Seguros, por menos de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios, após o desligamento, cem por cento dos custos mensais é assumido pelos ex-empregados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Entidade reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

q) Imunidade Usufruídas

O CIEE, como entidade filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos e beneficente de assistência social, realiza ações socioassistenciais de forma gratuita, continuada, permanente e planejada para seus usuários, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

r) Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 20.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

## s) Novas normas e interpretações novas e revisadas

No exercício de 2025, a Entidade adotou as alterações e os novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras

Norma ou interpretação	Descrição
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO <sub>2</sub> e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO <sub>2</sub> e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro
Alterações ao CPC 02 (R2)	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Entidade não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis	Alterações nas normas CPC 37 (R1), CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2).	01/01/2026
Alterações ao CPC 48 e CPC 40	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Alterações ao CPC 48 e CPC 40	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais	01/01/2026
CPC 51	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir mediante a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Entidade. Contudo, exceto pelo CPC 51, cujos impactos estão sendo avaliados pela Entidade, a Administração não espera impactos significativos sobre as referidas demonstrações financeiras, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo fixo de caixa	4	11
Bancos conta movimento	972	2.802
Bancos conta movimento – com restrição	-	71
Aplicações financeiras liquidez imediata	127.003	95.851
Aplicações financeiras liquidez imediata – com restrição	3.719	2.623
Total caixa e equivalentes de caixa (a)	<u>131.698</u>	<u>101.358</u>
Títulos públicos (NTNB/LTN)	11.551	-
Certificado de Depósitos Bancários	4.370	3.032
Letras financeiras	2.609	1.521
Debêntures (Petrobras)	2.076	-
Total aplicações financeiras (a)	<u>20.606</u>	<u>4.553</u>
Títulos públicos (NTNB/LTN)	12.586	13.012
Letras financeiras	5.742	1.941
Certificado de Depósitos Bancários	2.514	9.031
Debêntures (COPEL)	974	-
Aplicações Financeiras Vinculadas (Empréstimos)	3.053	5.057
Total aplicações financeiras – não circulante (b)	<u>24.869</u>	<u>29.041</u>

- a) As aplicações financeiras são compostas por Instrumentos de Renda Fixa, sendo principalmente Fundos de Investimento em Renda Fixa, Aplicações automáticas com liquidez imediata, e Certificados de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade destas operações está substancialmente atrelada ao CDI, considerando média de 98,62% representando pela alocação em Fundos de Investimentos correspondendo a 67%.

Esses investimentos foram realizados em instituições financeiras, visando garantir liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. A entidade entende que as operações financeiras não expõem a riscos significativos de crédito ou variações substanciais de valor.

As aplicações financeiras com liquidez acima de 90 dias no montante de R\$20.606 (R\$4.553 em 2024) não são consideradas como equivalentes de caixa e são demonstradas separadas no ativo circulante, em conformidade com CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa.

- b) A Entidade mantém no ativo não circulante saldo de aplicações financeiras em renda fixa, substancialmente em títulos de CDBs, pré e pós fixados (indexados ao CDI / IPCA); NTN-B (indexados ao IPCA); e letras financeiras (indexados ao CDI / IPCA); no montante total de R\$21.816 em dezembro de 2025 (R\$ 23.984 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, a Entidade possui uma aplicação financeira vinculada a operação de crédito junto a Instituição financeira Banco Bradesco no montante de R\$3.053 (R\$5.057 em 31 de dezembro de 2024), vide nota explicativa nº12.

## 5. BOLSA - AUXÍLIO A RECEBER E A PAGAR - ESTÁGIO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo Circulante	<u>37.591</u>	<u>37.439</u>
Passivo Circulante	<u>53.011</u>	<u>53.208</u>

A bolsa-auxílio refere-se ao montante que o CIEE possui a receber de organizações parceiras e com adesão ao Sistema de Pagamento de Bolsa auxílio centralizado. Nesse sistema o valor é inicialmente recebido pelo CIEE, que possui a obrigação de repassar aos estagiários. Dessa forma, os valores que o CIEE possui a receber das organizações parceiras são demonstrados no ativo circulante, em contrapartida dos valores que o CIEE deve repassar aos estagiários, que são apresentados no passivo circulante. O prazo médio de recebimento é de 1 a 3 dias antes do repasse aos estagiários.

## 6. CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL A RECEBER

Refere-se às contribuições destinadas ao CIEE, pelas organizações parceiras para estágio e programa aprendiz.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contribuição institucional	74.845	64.584
Ressarcimento Aprendiz Empregador	3.557	2.892
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	<u>(6.194)</u>	<u>(6.847)</u>
	<u>72.208</u>	<u>60.629</u>
A vencer	51.619	34.854
Vencidos de 1 a 30 dias	6.181	9.400
Vencidos de 31 a 60 dias	4.012	3.550
Vencidos de 61 a 90 dias	2.613	2.768
Vencidos de 91 a 180 dias	4.255	4.313
Vencidos de 181 a 360 dias	4.391	4.260
Vencidos acima de 361 dias	<u>5.331</u>	<u>8.331</u>
	<u>78.402</u>	<u>67.476</u>

A Entidade utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa com contribuição institucional a receber. As taxas de perdas são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade histórica de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

Essas taxas de perda foram obtidas com base nos estudos realizados pela Entidade, através do mapeamento do histórico das movimentações de inadimplências, ocorridas nos últimos exercícios, que constituem a base para reconhecimento das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A seguir apresentamos a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em 1º de janeiro	(6.847)	(7.947)
Provisões baixadas durante o exercício como incobráveis	3.473	3.006
Provisão para perdas estimada de contribuições institucionais a receber reconhecida no resultado	<u>(2.820)</u>	<u>(1.906)</u>
Em 31 de dezembro	<u>(6.194)</u>	<u>(6.847)</u>

## 7. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 o grupo de investimentos é composto de duas propriedades (terreno e edificação) mantida pela Entidade para auferir aluguel ou para valorização do imóvel.

Em 01 de novembro de 2022 a Entidade realizou a locação do imóvel localizado na avenida Barão Studard, município de Fortaleza/CE, pelo prazo de 48 meses, sendo reclassificado para propriedades para investimentos.

Em 10 de junho de 2024 a Entidade realizou a locação do imóvel localizado na rua João Gonçalves, município de Guarulhos/SP, pelo prazo de 120 meses, sendo reclassificado para propriedade para investimentos.

- a) A reclassificação dos ativos encontra-se em conformidade com o CPC 28 - Propriedade para Investimento.
- b) Os valores foram atualizados conforme respectivos saldos contábeis na data da reclassificação para mantidos para investimentos.

Imóvel	Valor de Mercado	Valor Contábil em 31/12/2025	Valor Contábil em 31/12/2024
Loja Comercial - Av. Barão Studart, 2.360 - Fortaleza	8.510	1.341	1.514
Loja Comercial - Rua João Gonçalves, 525 - Guarulhos	8.120	3.308	3.614
Total	16.630	4.649	5.128

## 8. IMOBILIZADO

	2025								
	Terrenos	Edificações	Instalações	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Obras em andamento e adiantamentos (a)	Veículos	Total
<b>Custo</b>									
Saldo inicial	25.940	103.733	20.508	14.175	24.719	1.469	-	1.292	191.836
Adições	-	-	132	714	2.734	-	27	639	4.247
Baixas	-	-	-	(163)	(1.313)	-	-	(245)	(1.722)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<u>25.940</u>	<u>103.733</u>	<u>20.640</u>	<u>14.726</u>	<u>26.140</u>	<u>1.469</u>	<u>27</u>	<u>1.686</u>	<u>194.361</u>
<b>Depreciação</b>									
Saldo inicial	-	(22.296)	(13.267)	(11.044)	(15.799)	(1.050)	-	(554)	(64.010)
Adições	-	(2.576)	(1.916)	(732)	(3.027)	(125)	-	(185)	(8.562)
Baixas	-	-	-	133	1.051	-	-	221	1.407
Transferências	-	480	-	-	-	-	-	-	479
<b>Saldo final</b>	<u>-</u>	<u>(24.392)</u>	<u>(15.183)</u>	<u>(11.643)</u>	<u>(17.775)</u>	<u>(1.175)</u>	<u>-</u>	<u>(518)</u>	<u>(70.686)</u>
<b>Líquido</b>	25.940	79.341	5.457	3.083	8.365	294	27	1.168	123.675

	2024								
	Terrenos	Edificações	Instalações	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Obras em andamento e adiantamentos (a)	Veículos	Total
<b>Custo</b>									
Saldo inicial	25.590	102.451	26.288	14.272	22.403	1.577	337	866	193.784
Adições	-	-	196	710	3.557	-	-	767	5.230
Baixas	-	-	(6.313)	(807)	(1.241)	(108)	-	(341)	(8.810)
Transferências	-	-	337	-	-	-	(337)	-	-
Mantido para venda	350	1.282	-	-	-	-	-	-	1.632
<b>Saldo final</b>	<b>25.940</b>	<b>103.733</b>	<b>20.508</b>	<b>14.175</b>	<b>24.719</b>	<b>1.469</b>	<b>-</b>	<b>1.292</b>	<b>191.836</b>
<b>Depreciação</b>									
Saldo inicial	-	(19.300)	(15.341)	(11.027)	(14.184)	(993)	-	(707)	(61.552)
Adições	-	(2.313)	(2.061)	(921)	(2.408)	(165)	-	(111)	(7.979)
Baixas	-	-	4.135	904	793	108	-	264	6.204
Mantido para venda	-	(683)	-	-	-	-	-	-	(683)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>(22.296)</b>	<b>(13.267)</b>	<b>(11.044)</b>	<b>(15.799)</b>	<b>(1.050)</b>	<b>-</b>	<b>(554)</b>	<b>(64.010)</b>
<b>Líquido</b>	<b>25.940</b>	<b>81.437</b>	<b>7.241</b>	<b>3.131</b>	<b>8.920</b>	<b>419</b>	<b>-</b>	<b>738</b>	<b>127.826</b>

a) As adições das obras em andamento referem-se substancialmente a adequações físicas de acessibilidade na sede em São Paulo, com previsão de conclusão em abril de 2026.

#### Terrenos e edificações próprios

Terrenos e edificações com valor contábil de R\$12.846 em 31 de dezembro de 2025 (R\$13.203 em 31 de dezembro de 2024) estão sujeitos à hipoteca de primeiro grau como garantia de um empréstimo bancário da Entidade conforme nota explicativa n.12.

## 9. INTANGÍVEL

## a) Movimentação do saldo de intangível

	2025			Total
	Custos com desenvolvimento - finalizados	Custos com desenvolvimento - em andamento	Licenças com vida útil definida	
<b>Custo</b>				
Saldo inicial	79.555	4.857	11.698	96.110
Adições - desenvolvidas internamente	-	3.648	-	3.648
Baixas	-	(2.062)	-	(2.062)
Transferências	1.536	(1.536)	-	-
Saldo final	<u>81.091</u>	<u>4.907</u>	<u>11.698</u>	<u>97.696</u>
<b>Amortização</b>				
Saldo inicial	(26.839)	-	(11.292)	(38.131)
Adições	(6.520)	-	(300)	(6.820)
Baixas	-	-	-	-
Saldo final	<u>(33.359)</u>	<u>-</u>	<u>(11.592)</u>	<u>(44.951)</u>
<b>Saldo Líquido</b>	<u>47.732</u>	<u>4.907</u>	<u>106</u>	<u>52.745</u>
	2024			
	Custos com desenvolvimento - finalizados	Custos com desenvolvimento - em andamento	Licenças com vida útil definida	Total
<b>Custo</b>				
Saldo inicial	78.604	2.141	11.916	92.661
Adições - desenvolvidas internamente	-	3.667	68	3.735
Baixas	-	-	(286)	(286)
Transferências	951	(951)	-	-
Saldo final	<u>79.555</u>	<u>4.857</u>	<u>11.698</u>	<u>96.110</u>
<b>Amortização</b>				
Saldo inicial	(19.707)	-	(10.863)	(30.570)
Adições	(7.132)	-	(715)	(7.847)
Baixas	-	-	286	286
Saldo final	<u>(26.839)</u>	<u>-</u>	<u>(11.292)</u>	<u>(38.131)</u>
<b>Saldo Líquido</b>	<u>52.716</u>	<u>4.857</u>	<u>406</u>	<u>57.979</u>

Os valores identificados como custos com desenvolvimento em andamento são relativos a projetos ainda não finalizados que se encontram se em fase de desenvolvimento. Os intangíveis em desenvolvimento se referem a produção de conteúdos a serem ofertados no programa Jovem Aprendiz CIEE, e desenvolvimento dos projetos 6G (plataforma de autoatendimento para empresas privadas realizarem contratações de estagiários), Credenciamento de IES (plataforma para gestão de eventos) e APP Aprendiz (Disponibilização de serviços aos aprendizes ativos).

*Intangível por projeto*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Sistema Kairós	54.873	56.409
Projeto TOTVS	10.174	10.174
Projeto Jovem Aprendiz CIEE	10.615	10.468
Projeto 6G	3.994	-
Demais projetos (a)	6.342	7.360
Licenças (b)	11.698	11.699
<b>Total</b>	<b><u>97.696</u></b>	<b><u>96.110</u></b>

(a) Desenvolvimento internos de diversos projetos, tais como APP Meu CIEE e APP Aprendiz (atendimento ao público), Jornada CIEE (plataforma gamificada para aplicação de conteúdos em instituições de ensino), Robotização de processos e Credenciamento IES (plataforma de gestão de eventos).

(b) Licenças de softwares com vida útil definida, tais como Microsoft Office, Firewall e Windows.

A Entidade avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo intangível e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

*Revisão do “impairment”*

A Entidade não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo intangível.

**10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO - DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

A Entidade possui contratos de aluguéis (arrendamento operacional) para os contratos de Locação de Imóveis, com prazos médios aproximados de 3 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil.

Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de depreciação desse bem, juntamente com a despesa de juros.

Ativo de direito de uso

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - direito de uso	Saldo final em 31/12/2023	Adição e Atualização Monetária	Baixas	Saldo final em 31/12/2024	Adição e Atualização Monetária	Baixas	Saldo final em 31/12/2025
Contratos de aluguéis	14.400	3.339	(5.906)	11.833	3.671	(5.401)	10.103
Custo direito de uso	14.400	3.339	(5.906)	11.833	3.671	(5.401)	10.103
Amortização do direito de uso	(9.935)	(3.784)	5.432	(8.287)	(4.115)	5.330	(7.072)
<b>Total direito de uso - ativo</b>	<b><u>4.465</u></b>	<b><u>(445)</u></b>	<b><u>(474)</u></b>	<b><u>3.546</u></b>	<b><u>(443)</u></b>	<b><u>(71)</u></b>	<b><u>3.031</u></b>

Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos de arrendamento mercantil estão demonstrados a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivo de arredamento		
Saldo em 1º de janeiro	3.755	4.696
Adição/atualização monetária	3.672	3.339
Baixas	(63)	(481)
Pagamentos principal	(4.157)	(3.799)
Pagamentos juros	(254)	(301)
Juros incorridos	254	301
Saldo final em 31 de dezembro	<u>3.207</u>	<u>3.755</u>
Circulante		
Não circulante	2.409	2.615
	798	1.140

## Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arredamentos operacionais não canceláveis:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Até 1 ano	2.409	2.615
Entre 1 e 5 anos	798	1.140
Total passivo de arrendamento	<u>3.207</u>	<u>3.755</u>

Impacto no resultado do exercício

Despesa de amortização - direito de uso	(4.115)	(3.784)
Apropriação de juros	(254)	(301)
Saldo final em 31 de dezembro	<u>(4.369)</u>	<u>(4.085)</u>

## 11. SALÁRIOS FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Férias e encargos sociais	21.172	18.658
Salários a pagar	16.339	13.999
IRRF a recolher	2.217	2.081
FGTS a recolher	1.439	1.264
INSS a recolher	1.480	1.332
	<u>42.647</u>	<u>37.334</u>

## 12. EMPRÉSTIMOS

<u>Banco</u>	<u>Tipo</u>	<u>Moeda</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total em 2025</u>	<u>Total em 2024</u>
Bradesco	Capital de giro	Reais	0,0829% a.m.	2.000	1.053	3.053	5.057

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	5.057	6.726
Pagamentos de principal	(2.584)	(2.694)
Juros sobre empréstimos	580	1.025
Saldo em 31 de dezembro	<u>3.053</u>	<u>5.057</u>

Em 14 de dezembro de 2016 foi contraído junto ao Banco Bradesco S.A., empréstimo no montante de R\$20.000 para aquisição de imóvel em Brasília - DF, com prazo de 10 (dez) anos a ser quitado em 120 parcelas. As taxas de juros contratadas foram de 0,0829% a.m., acrescidas da variação mensal do CDI. O contrato contém cláusulas restritivas “covenants” que obrigam a manter cotas de fundos de investimentos BRAM S/A aplicados como garantia real em montante nunca inferior a 100% do valor do saldo devedor, facultando ao banco considerar automaticamente vencida a operação e tornando exigível a dívida. A liquidação do contrato está prevista para julho/2027.

### 13. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

	Provisão para		Depósitos		Líquido	
	Contingência		Judiciais			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Reclamações trabalhistas	1.152	3.216	(272)	(394)	880	2.822
Ações cíveis	12	187	(5)	(81)	7	106
	<u>1.164</u>	<u>3.403</u>	<u>(277)</u>	<u>(475)</u>	<u>887</u>	<u>2.928</u>

O CIEE é parte envolvida (polo ativo e passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais (nas esferas administrativa e judicial) e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, criminal, tributária e trabalhista, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou seguro garantia. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos, se o caso.

As contingências trabalhistas consistem em grande parte em reclamatórias individuais de ex-funcionários, ou de ex-estagiários, ou de ex-aprendizes encaminhados a outras organizações pelo CIEE, ou de mão de obra terceirizada, com pleitos relacionados ao objeto de cada reclamatória, tais como, mas não essencialmente esses, horas extras, férias e reflexos, reconhecimento de vínculo empregatício. As causas trabalhistas, cíveis e tributárias com probabilidade de perda possível não são provisionadas no balanço e referem-se a causas envolvendo o montante estimado em R\$12.877 em 31 de dezembro de 2025 (R\$9.419 em 31 de dezembro de 2024).

Os principais processos tributários classificados com o risco de perda possível, a Entidade foi autuada em processos administrativos, com alegação de que a Entidade teria gozado da imunidade tributária sem a observância dos preceitos da lei, nos exercícios de 2012 a 2014 e de 2016 a 2018, tendo sido aplicados autos de infração no montante total de R\$ 749.850, equivalente aos processos nº 19515.721246/2017-01 R\$ 409.485 (R\$353.653 em 31 de dezembro de 2024) e nº 15746.720833/2020-04 R\$ 340.365 (R\$ 527.105 em 31 de dezembro de 2024). Os autos de infração foram lavrados no final dos exercícios de 2017 e 2020, a Entidade já apresentou recursos voluntários nos dois casos, julgados - após respectivos empates - de forma parcialmente procedente, diante da redução da multa qualificada de 150% para 75%. Por conseguinte, esgotada a fase administrativa do Processo Administrativo Fiscal nº 19515.721246/2017-01, o debate seguirá para a via judicial, mediante o ajuizamento da Ação Anulatória de Débito Fiscal, para desconstituição dos débitos tributários decorrentes do processo de 2017. Quanto ao Processo Administrativo Fiscal nº15746.720.833/2020-04, aguarda-se a intimação do Acórdão para análise de eventual oposição de Embargos de Declaração. De todo modo, existem argumentos de mérito com cunho probatório indicados em ambos os processos, que poderão ser discutidos em âmbito judicial.

A Entidade e seus advogados aguardam a evolução do processo administrativo de 2020, bem como o posicionamento judicial quanto à anulação dos débitos relacionados ao triênio de 2012-2014 (processo de 2017), considerando a apresentação de argumentos e documentos que provam ter a Entidade o direito ao reconhecimento da imunidade tributária, incluindo nos dois períodos discutidos e ora comentados. Tanto o processo administrativo (de 2020), quanto o judicial (relacionado ao processo administrativo de 2017) estão classificados como perda possível pelo escritório que patrocina a causa.

Os depósitos judiciais referem-se a garantias judiciais de processos em andamento, que incluem também os depósitos associados à provisão para contingências.

As movimentações das contingências e dos depósitos judiciais da Entidade estão demonstradas a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingência	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	475	484	3.403	1.257
Adições	106	155	936	8.751
Baixas por pagamento/resgate	(43)	(155)	(1.580)	(6.011)
Baixas por reversão	(261)	(9)	(1.595)	(594)
Saldo em 31 de dezembro	<u>277</u>	<u>475</u>	<u>1.164</u>	<u>3.403</u>

Os depósitos judiciais referem-se a garantias judiciais de processos em andamento, que incluem também os depósitos associados à provisão para contingências.

#### 14. PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a NBC TG 05 (R3), considera-se parte relacionada toda pessoa ou entidade que exerça controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a Entidade, ou sobre a qual a Entidade exerça tais condições.

O CIEE mantém relação de parte relacionada com as seguintes entidades:

- CIEE RJ: Acordo de cooperação técnica firmado em 14 de março de 2017 para utilização da solução tecnológica Kairós e aplicações integradas para execução dos processos de estágio e aprendizagem e, termo de cooperação técnica firmado em 01/01/2022 para implementação do programa Jovem Aprendiz CIEE nas localidades de atuação do CIEE/RJ.
- CIEE ES: Acordo de cooperação técnica firmado em 04 de junho de 2024 aditivado em 16.12.2024 e em 12.08.2025. O objeto do acordo de cooperação é o gerenciamento administrativo-operacional-jurídico-financeiro do CIEE ES pelo CIEE, incluindo diretrizes para a gestão executiva e aporte financeiro. Encontra-se em curso no exercício de 2025 análises jurídicas e contábeis relativas à reorganização societária, incluindo a definição de mecanismos de governança e impactos operacionais. O acordo de cooperação prevê ainda, que após decorrido 02 anos do início da vigência, seja viabilizado um prognóstico sobre possível incorporação do CIEE ES.
- Os participantes do Sistema Nacional CIEE ainda possuem relação na realização de repasses envolvendo convênios nacionais, firmados com empresas privadas e órgãos públicos, os quais são administrados pelos CIEE's Estaduais Autônomos responsáveis pelo acompanhamento administrativo e financeiro do convênio.

As movimentações e valores a pagar e a receber de partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	2025							Total
	CIEE MG (c)	CIEE PR (c)	CIEE PE (c)	CIEE RJ (a)	CIEERS (c)	CIEE ES (b)	CIEE nacional (c)	
Ativo								
Contas a receber (*)	4	-	-	213	-	5.814	9	6.040
Passivo								
Contas a pagar	201	-	-	43	-	5	-	249
Demonstração do resultado								
Outras receitas operacionais - taxa administrativa (nota 17)	-	-	-	4.132	-	-	-	4.132
Despesas gerais e administrativas - taxa administrativa	(124)	-	-	(560)	-	(38)	-	(722)
	2024							Total
	CIEE MG (c)	CIEE PR (c)	CIEE PE (c)	CIEE RJ (a)	CIEERS (c)	CIEE ES (b)	CIEE nacional (c)	
Ativo								
Contas a receber (*)	4	-	-	603	-	3.100	100	3.807
Passivo								
Contas a pagar	77	-	-	48	-	-	-	125
Demonstração do resultado								
Outras receitas operacionais - taxa administrativa (nota 17)	8	(3)	-	4.030	-	-	-	4.035
Despesas gerais e administrativas - taxa administrativa	-	(7)	(1)	(711)	(1)	(1)	-	(721)

(\*) O valor de R\$5.814 (R\$ 3.100 em 2024) refere-se ao termo de acordo firmado entre o CIEE e o CIEE/ES em 04 de junho de 2024 para o restabelecimento da sustentabilidade e manutenção das atividades do CIEE/ES. O valor será ressarcido em 36 parcelas corrigidas pelo índice de 50% do CDI.

## 15. PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O plano de assistência médica é estruturado nas modalidades de benefício vitalício e benefício temporário, determinado anualmente em razão de cálculo atuarial precedido por atuário independente. Em 31 de dezembro de 2025, o valor provisionado é de R\$7.405 (R\$6.406 em 31 de dezembro de 2024). A posição atuarial do findo em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	2025	2024
Valor presente das obrigações atuariais	6.406	7.658
Ganhos/(Perdas) atuariais	999	(1.252)
Passivo não circulante	<u>7.405</u>	<u>6.406</u>

A movimentação na obrigação da assistência médica é como segue:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	6.406	7.658
Custo do serviço prestado	8	20
Custo financeiro	773	742
(Ganhos) /perdas atuariais	218	(1.811)
Contribuições patronais	136	-
Benefícios pagos no ano	(136)	(203)
Saldo em 31 de dezembro	<u>7.405</u>	<u>6.406</u>

Em 31 de dezembro de 2025 os valores de custo de juros e perdas atuariais reconhecidos no patrimônio líquido relacionado à assistência médica foram de R\$999 (perda) e R\$1.252 (ganho) em 31 de dezembro de 2024.

Para determinação dos passivos e custos com benefícios pós-emprego, relativamente ao plano de assistência médica, foi adotado o método atuarial do Crédito Unitário Projetado, sob as seguintes premissas e hipóteses técnicas:

Taxas de desconto definidas para determinar as obrigações	2025	2024
Tábua de mortalidade	AT-83	AT-83
Taxa de desconto	7,31%	7,44%
Evolução real de custos médicos (a.a.)	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade (estimada pelo CIEE)	21,00%	24,00%
Taxa de adesão de aposentados	100%	100%

Foi analisado o crescimento do subsídio pago pelo CIEE, comparando os custos atuais de saúde com aqueles à época da aposentadoria de seus colaboradores. A diferença entre o prêmio cobrado e os preços praticados pela própria operadora de saúde para a faixa etária acima de 59 anos de idade é o chamado "aging factor".

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o patrimônio social do CIEE, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais do CIEE, conforme divulgado na Nota 1.

- a) Destinação do superávit: conforme a legislação aplicável e estatuto social, o CIEE deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de seus resultados. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

- b) Ajuste de avaliação patrimonial: inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado (terrenos e edificações) na data de transição para adoção das normas contábeis. Os valores registrados nessa conta são transferidos para superávits acumulados parcialmente, quando da depreciação ou baixa dos ativos a que elas se referem. O montante registrado a título de ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$274 (R\$10.366 em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com o estatuto Social da Entidade em caso de dissolução ou extinção, só poderá ser deliberada por Assembleia geral extraordinária especialmente convocada para esse fim, que decidirá, inclusive sobre o destino do seu patrimônio.

Remuneração da administração: De acordo com o Estatuto Social da Entidade, o Conselho de Administração não é remunerado. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração por serviços prestados em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$5.761 (R\$5.221 em 31 de dezembro de 2024).

#### 17. RECEITAS OPERACIONAIS - RECEITA DAS ATIVIDADES

	2025	2024
Contribuição institucional - atividade aprendiz	239.260	200.368
Contribuição institucional - atividade estágio	99.661	100.154
Outras receitas com partes relacionadas	4.132	4.035
Outras receitas operacionais (a)	7.950	19.793
	<u>351.003</u>	<u>324.350</u>

- (a) Locação de imóveis e teatro, doações, patrocínio Expo CIEE e venda de imobilizado.

#### 18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - ASSISTÊNCIA SOCIAL

O CIEE presta atendimento gratuito aos seus usuários de forma continuada, permanente e planejada. Oferece oportunidades para a construção da autonomia pessoal e social de seus usuários pela promoção do protagonismo, garantindo a defesa e a efetivação dos direitos socioassistenciais. Igualmente, atua no enfrentamento das desigualdades, ajudando-os a participar de forma ativa na sociedade, em sintonia com a Constituição Federal. Para isso são oferecidos os seguintes serviços, programas, projetos e ações:

1. Programa Jovem Aprendiz CIEE - Socioaprendizagem: atende, prioritariamente, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e sem experiência ou qualificação profissional. Por meio de ações de proteção social básica, que promovem a prevenção de situações de risco social e pessoal, a promoção do protagonismo e cidadania e da autonomia dos usuários, além da mediação do acesso ao mundo do trabalho. As atividades do programa são desenvolvidas em encontros presenciais, no CIEE como entidade capacitadora, e atividades práticas, nas dependências das unidades concedentes de aprendizagem, e possibilita a formação técnica, o desenvolvimento de atividades, habilidades e competências para o mundo do trabalho, propicia a sociabilidade, o pertencimento social, a convivência e o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares dos usuários, por meio de ações que envolvem suas famílias, contribuindo para a construção de valores, que incidem no seu desenvolvimento integral e de forma articulada com a rede socioassistencial e intersetorial.

2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV: atende adolescentes de 15 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, identificados em situação de trabalho e/ou submetidos a outras violações de direitos e com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. Por meio de ações de proteção social básica que promovem a prevenção de situações de risco social e pessoal, o desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As atividades são desenvolvidas nos Espaços de Cidadania CIEE e fora do espaço institucional, a partir de vivências que valorizam, estimulam e potencializam a condição de escolher e decidir, experiências culturais, artísticas e de lazer, iniciativas que harmonizam conhecimento e desenvolvimento de capacidades para a vida profissional e o acesso ao mundo do trabalho e atividades que contribuem para a expressão, interação, aprendizagem e sociabilidade, de modo a prevenir o isolamento e situações de violação de direitos e também torne mais fortes suas relações no âmbito da família, da comunidade e dos ambientes de representação de seus interesses.
3. Ações de Apoio e Integração ao Mundo do Trabalho: atende adolescentes, jovens e adultos mobilizados de forma articulada com a rede socioassistencial e intersetorial e usuários de outros serviços, programas, projetos e ações do CIEE, considerando suas vulnerabilidades. Por meio de ações que promovem a participação, o protagonismo e a inclusão cidadã, proporciona debates, ressignificações e novos conhecimentos relacionados ao mundo do trabalho, contribui para troca de vivências, experiências e saberes, fomenta a liberdade de expressão e criação, estimula a percepção crítica, incentiva o protagonismo juvenil; estimula a percepção crítica, contribui com o aumento da autoestima, fortalece os princípios de solidariedade; amplia os conhecimentos referentes a direitos, deveres e participação social, propicia reflexões sobre a diversidade cultural e preconceitos, e desperta o interesse na construção de um projeto de vida, contribui para a qualificação profissional, incentiva a elevação da escolaridade e participação em cursos extracurriculares e serviços públicos.

#### Ações não tipificadas

- a) Programa de Estágio: atende adolescentes, jovens e adultos, nos termos da Lei nº 11.788/08. Promove a efetivação de direitos e ampliação do acesso à proteção social, por meio da integração ao mundo do trabalho, contribuindo para o fortalecimento da cidadania.
- b) Programa de Formação Técnico-Profissional Metódica: atende jovens, nos termos da portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 3.544/2023 e do art. 430 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Prevê a execução de atividades teóricas (presencial e/ou à distância) e práticas, sob a orientação pedagógica e formação técnico-profissional metódica, proporciona conhecimentos e habilidades com potencial de aplicação no mercado de trabalho e contribui para a qualificação profissional e empregabilidade.

A quantidade de atendimentos dos serviços (não auditado), mencionados acima está demonstrada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Programa de estágio	284.267	283.854
Ações de apoio e integração ao mundo do trabalho	78.888	68.786
Programa jovem aprendiz CIEE - Socioaprendizagem	123.664	101.822
Programa de formação técnico-profissional metódica	17.209	20.829
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	798	895
	<u>504.826</u>	<u>476.186</u>

Os gastos com os programas mencionados acima, por natureza, estão demonstrados a seguir:

Descrição	2025					Total
	Programa jovem aprendiz CIEE - Socioaprendizagem	Programa de Formação Técnico-Profissional Metódica	Programa de Estágio	Ações de Apoio e Integração ao Mundo do Trabalho	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Pessoal	(91.268)	(6.906)	(48.436)	(1.587)	(2.304)	(150.501)
Serviços Especializados Contratados	(8.373)	(1.969)	(11.871)	(1.053)	(796)	(24.062)
Despesas com Manutenção de Sedes	(8.176)	(478)	(1.530)	(46)	(131)	(10.361)
Comunicação e Divulgação	(624)	(47)	(516)	(183)	(50)	(1.420)
Serviços públicos	(1.722)	(208)	(1.565)	(34)	(242)	(3.771)
Concessão de uniformes - Aprendizes	(1.146)	(70)	-	-	-	(1.216)
Depreciação e Amortização	(5.097)	(552)	(5.188)	(544)	(535)	(11.916)
Material de Consumo	(815)	(57)	(406)	(21)	(111)	(1.410)
Seguros de Estagiários	-	-	(683)	-	-	(683)
Outras despesas operacionais	(4.810)	(289)	(2.659)	(184)	(1.240)	(9.182)
<b>Total por Programa</b>	<b>(122.031)</b>	<b>(10.576)</b>	<b>(72.854)</b>	<b>(3.652)</b>	<b>(5.409)</b>	<b>(214.522)</b>

Descrição	2024					Total
	Programa jovem aprendiz CIEE - Socioaprendizagem	Programa de Formação Técnico-Profissional Metódica	Programa de Estágio	Ações de Apoio e Integração ao Mundo do Trabalho	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Pessoal	(91.487)	(5.493)	(47.089)	(1.320)	(1.878)	(147.267)
Serviços Especializados Contratados	(5.192)	(1.287)	(8.177)	(958)	(672)	(16.286)
Despesas com Manutenção de Sedes	(7.472)	(266)	(1.144)	(14)	(158)	(9.054)
Comunicação e Divulgação	(437)	(16)	(339)	(144)	(84)	(1.020)
Serviços públicos	(1.905)	(199)	(1.807)	(32)	(224)	(4.167)
Concessão de uniformes - Aprendizes	(575)	(19)	-	-	-	(594)
Depreciação e Amortização	(4.686)	(444)	(4.848)	(526)	(517)	(11.021)
Material de Consumo	(655)	(34)	(344)	(15)	(62)	(1.111)
Seguros de Estagiários	-	-	(631)	-	-	(631)
Outras despesas operacionais	(4.209)	(125)	(2.872)	(172)	(1.198)	(8.576)
<b>Total por Programa</b>	<b>(116.618)</b>	<b>(7.883)</b>	<b>(67.251)</b>	<b>(3.181)</b>	<b>(4.793)</b>	<b>(199.726)</b>

As despesas gerais e administrativas, por tipo de despesa, estão demonstradas a seguir:

Descrição	2025					Total
	Programa jovem aprendiz CIEE - Socioaprendizagem	Programa de Formação Técnico-Profissional Metódica	Programa de Estágio	Ações de Apoio e Integração ao Mundo do Trabalho	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Pessoal	(28.721)	(1.865)	(16.484)	(345)	(518)	(47.932)
Serviços Especializados Contratados	(22.020)	(1.430)	(12.638)	(265)	(397)	(36.749)
Despesas com Manutenção de Sedes	(1.863)	(121)	(1.069)	(22)	(34)	(3.109)
Comunicação e Divulgação	(3.032)	(197)	(1.740)	(36)	(55)	(5.060)
Serviços públicos	(2.278)	(148)	(1.307)	(27)	(41)	(3.801)
Depreciação e Amortização	(4.541)	(295)	(2.607)	(55)	(82)	(7.580)
Material de Consumo	(460)	(30)	(264)	(6)	(8)	(768)
Outras despesas operacionais	(1.639)	(106)	(941)	(20)	(30)	(2.736)
<b>Total por Programa</b>	<b>(64.554)</b>	<b>(4.192)</b>	<b>(37.050)</b>	<b>(776)</b>	<b>(1.165)</b>	<b>(107.737)</b>

Descrição	2024					Total
	Programa jovem aprendiz CIEE - Socioaprendizagem	Programa de Formação Técnico-Profissional Metódica	Programa de Estágio	Ações de Apoio e Integração ao Mundo do Trabalho	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Pessoal	(26.263)	(1.705)	(15.073)	(316)	(473)	(43.830)
Serviços Especializados Contratados	(21.179)	(1.375)	(12.155)	(254)	(382)	(35.345)
Despesas com Manutenção de Sedes	(1.598)	(104)	(918)	(19)	(29)	(2.668)
Comunicação e Divulgação	(1.830)	(119)	(1.050)	(22)	(33)	(3.054)
Serviços públicos	(2.337)	(152)	(1.341)	(28)	(42)	(3.900)
Depreciação e Amortização	(5.146)	(334)	(2.954)	(62)	(93)	(8.589)
Material de Consumo	(433)	(28)	(248)	(5)	(8)	(722)
Outras despesas operacionais	(6.774)	(440)	(3.887)	(81)	(122)	(11.304)
<b>Total por Programa</b>	<b>(65.560)</b>	<b>(4.257)</b>	<b>(37.626)</b>	<b>(787)</b>	<b>(1.182)</b>	<b>(109.412)</b>

## 19. CERTIFICADOS, IMUNIDADES, ISENÇÕES E RENÚNCIA FISCAL

### Certificados, imunidades e isenções

O CIEE possui imunidade de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços prestados, com base no artigo 150 da Constituição Federal. Destacamos também o seguinte:

Contribuição Patronal ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - o CIEE, pessoa jurídica constituída sob forma de associação filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, reconhecida como beneficente de assistência social, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

O CIEE possui certificação válida, uma vez que realizou protocolo tempestivo de processo de renovação sob o nº 308796.1081530/2024, junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, em 13/11/2024. O processo anterior foi deferido para o período de 01/01/2021 até 31/12/2024 e publicado no D.O.U em 25/05/2022. A regularidade da certificação da entidade até o julgamento do processo de renovação tempestivamente protocolado, nos termos do art. 37, § 2º da Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

O CIEE passou por fiscalização tributária referente aos exercícios fiscais dos seguintes triênios: de 2012 a 2014 e de 2016 a 2018, pois, no entendimento da autoridade fiscal (esfera administrativa) teria ocorrido o descumprimento parcial dos requisitos previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Por esse motivo, foram lavrados dois autos de infração (um para cada triênio) para constituição dos créditos tributários relativos às contribuições previdenciárias e demais tributos relacionados.

O CIEE apresentou defesas e recursos cabíveis, em cada um dos processos administrativos. Atualmente, o CIEE aguarda o julgamento do recurso apresentado no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") do triênio 2016 a 2018 e deve judicializar - por meio de Ação Anulatória de Débito Fiscal - o pedido de desconstituição de débitos tributários do triênio de 2012 a 2014, visando o reconhecimento da imunidade tributária a que faz jus e que os créditos tributários permaneçam com exigibilidade suspensa.

### *Imunidades previdenciárias usufruídas*

Para atender aos requisitos da legislação vigente e aplicável, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às imunidades previdenciárias gozadas. Esses valores anuais equivalem à imunidade usufruída - INSS.

Imunidade usufruída	Alíquotas	2025	2024
Contribuição Social - Cota Patronal	20%	45.244	39.360
Contribuição Social - Autônomos	20%	3	2
Contribuição Social - Terceiros	5,8%	13.121	11.415
Contribuição Social - SAT	1%	2.262	1.969
Contribuição Social - COFINS	3%	10.168	9.154
		<b>70.798</b>	<b>61.900</b>

### Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, o CIEE apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza);e
- PIS (Programa de Integração Social) - contribuição de 1% incidente sobre o montante de folha de pagamento.

#### *IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)*

Em virtude de ser uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos, esta goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

#### *ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)*

O CIEE possui unidades de operação em diversas localidades do território nacional. Para cada unidade, o CIEE ingressa com solicitação de imunidade junto à prefeitura local, que pode ser concedida por prazo indeterminado ou com prazo determinado. O CIEE, baseado na opinião de seus consultores jurídicos internos e em sua experiência anterior em processos semelhantes, não efetuou nenhum tipo de provisão de ISSQN em função de não esperar nenhum tipo de perda na resolução desses processos de solicitação de imunidade.

#### *PIS (Programa de Integração Social)*

Desde julho de 2016 a Entidade conta com decisão declaratória judicial - já transitada em julgado - com reconhecimento da imunidade tributária quanto a não obrigatoriedade de recolhimento do PIS sobre folha de salários à alíquota de 1%.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

## 20.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2025 são classificados como apresentados no quadro a seguir:

	2025	2024	Classificação
<b>Ativos</b>			
Fundo fixo e bancos conta movimento	976	2.884	Custo amortizado
Aplicações financeiras	176.197	132.068	Valor justo por meio de resultado
Bolsa auxílio e contribuição a receber	109.799	98.068	Custo amortizado
Outros créditos	5.921	3.995	Custo amortizado
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	(5.451)	(5.948)	Custo amortizado
Bolsa auxílio a pagar	(53.011)	(53.208)	Custo amortizado
Outras contas a pagar	(5.854)	(6.024)	Custo amortizado
Empréstimos	(3.053)	(5.057)	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>225.524</b>	<b>166.778</b>	

## 20.2. VALOR JUSTO

Não existem diferenças entre valores de mercado e os valores registrados na contabilidade.

## 20.2.1. Instrumentos financeiros derivativos

A entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

## 20.2.2. Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, estabelece que a Entidade deve classificar ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto:

- a) No modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; e
- b) Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

No reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar o ativo financeiro ou o passivo financeiro ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

### 20.3. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituições financeiras de primeira linha.

Existe a possibilidade de a Entidade sofrer perdas oriundas da inadimplência de seus clientes e das instituições financeiras nas quais mantém recursos financeiros aplicados. Esse risco é administrado por procedimentos específicos de análise de crédito, com base na situação financeira de seus clientes, estabelecendo limites de créditos e efetuando acompanhamento periódico das posições em aberto.

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil	
		2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	131.698	101.358
Bolsa-auxílio a receber - estágio	5	37.591	37.439
Contribuição institucional a receber	6	72.208	60.629
Contas receber - partes relacionadas	14	6.040	3.807
Adiantamentos diversos		3.227	2.121
Outros créditos		5.921	3.995
Aplicações financeiras	4	45.475	33.594
		<u>302.160</u>	<u>242.943</u>

### 20.4. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa (67% da carteira), indexados ao CDI. Outra parte das aplicações (que representam 33%), são relativas a Títulos de Renda Fixa (CDBs e NTN-B/Títulos do Tesouro Nacional). Adicionalmente, cerca de 7% da carteira está alocada em Letra Financeira e Debêntures de primeira linha.

Cerca de 74% das aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus. Todas as aplicações financeiras estão contratadas com bancos e corretoras de primeira linha, e sempre respeitando a Política de Aplicações Financeiras estabelecidas em 2023.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2025	Fluxo de caixa contratual				
	Valor Contábil	2 meses ou menos	02-12 meses	1-2 anos	2-10 anos
Em milhares de Reais					
Fornecedores	5.451	5.345	106	-	-
Salários, férias e encargos sociais	42.647	42.647	-	-	-
Bolsa-auxílio a pagar - estágio	53.011	53.011	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	249	249	-	-	-
Outras contas a pagar	5.854	2.801	750	-	2.303
Empréstimos	3.053	333	1.667	1.053	-
Passivo de arrendamento	3.207	633	1.776	681	117
	<u>113.472</u>	<u>105.019</u>	<u>4.299</u>	<u>1.734</u>	<u>2.420</u>

31 de dezembro de 2024	Fluxo de caixa contratual				
	Valor Contábil	2 meses ou menos	02-12 meses	1-2 anos	2-10 anos
Em milhares de Reais					
Fornecedores	5.948	5.836	112	-	-
Salários, férias e encargos sociais	37.334	37.334	-	-	-
Bolsa-auxílio a pagar - estágio	53.208	53.208	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	125	125	-	-	-
Outras contas a pagar	6.024	2.787	509	436	2.292
Empréstimos	5.057	419	2.093	2.000	545
Passivo de arrendamento	3.755	436	2.179	1.074	66
	<u>111.451</u>	<u>100.145</u>	<u>4.893</u>	<u>3.510</u>	<u>2.903</u>

#### Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados.

## 21. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$9.520 (R\$9.740 em 31 de dezembro de 2024) para danos materiais, R\$95.856 (R\$101.550 em 31 de dezembro de 2024) para bens do imobilizado, R\$160.000 (R\$165.000 em 31 de dezembro de 2024) para responsabilidade civil e R\$10.000 (R\$5.000 em 31 de dezembro de 2024) para segurança cibernética e proteção de dados.

O contrato de seguro cibernético visa resguardar o CIEE contra incidentes, riscos e ataques cibernéticos, tendo sido firmado em 2021, com pleno atendimento à LGPD. A apólice contempla proteção aos sistemas tecnológicos e a quebra de confidencialidade de dados, com proteção aos direitos de privacidade.

A seguir, demonstramos as apólices de seguros contratadas vigentes em 31/12/2025:

Seguro	Vigência	2025	2024
Patrimonial Sede e Demais Locais	19/10/2025 - 19/10/2026	99.936	104.630
Responsabilidade Civil D&O	14/10/2025 - 14/10/2026	100.000	100.000
Responsabilidade Civil Geral	22/04/2025 - 22/04/2026	50.000	50.000
Responsabilidade Civil Profissional	05/10/2025 - 05/10/2026	10.000	10.000
Compreensivo Riscos Cibernéticos	28/07/2025 - 28/07/2026	10.000	5.000
Responsabilidade Civil Geral Eventos	03/10/2024 - 22/04/2025	-	5.000
Auto Frota	27/01/2025 - 27/01/2026	5.440	6.660
		<u>275.376</u>	<u>281.290</u>

## 22. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

Além das garantias divulgadas em nota explicativa nº12 -Empréstimos, a Entidade não prestou outras garantias ou participou de outras transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2025 e 2024.

## 23. TRANSAÇÃO NÃO-CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade realizou transações de investimento e financiamento que não exigiram o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, não foram refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Tais transações compreendem a adição e atualizações monetárias em arrendamento mercantil de imóveis, no valor de R\$ 3.671 (R\$ 4.164 em 31 de dezembro de 2024) reconhecidas no imobilizado de direito de uso, conforme mencionado na nota explicativa 10. Essas operações não geram saídas imediatas de caixa.

## 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes à data do balanço de 31/12/2025 até a presente data, que afetassem a posição patrimonial e financeira da entidade ou que necessitassem de divulgação em notas explicativas.

## 25. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2026.